

Governadores de todos os partidos pretendem fazer reunião hoje, em Brasília, com o objetivo de avaliar o impacto das medidas de austeridade fiscal anunciadas pelo governo e tentar chegar a um consenso em relação ao valor da nova CPMF que vão reivindicar ao Congresso.

brasil@atribuna.com.br

Brasil

Ajuste atingirá classe de menor renda

Economistas apontam que retorno da CPMF e outras medidas anunciadas pelo governo terão resultados positivos pequenos

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

A população vai sentir os efeitos negativos das medidas anunciadas pelo Governo Federal para diminuir o déficit de R\$ 30,5 bilhões, previsto nas contas públicas de 2016. Especialistas entrevistados por *A Tribuna* têm opiniões semelhantes sobre as atuais propostas de redução de despesas e aumento da arrecadação. Para eles, as classes mais baixas vão ser impactadas e os resultados positivos serão pequenos.

O professor de Economia da Universidade Católica de Santos (UniSantos), José Pascoal Vaz, acredita que o ajuste deveria ser feito aos poucos e não de uma só vez. Para ele, o excesso de pessimismo faz a crise econômica parecer maior do que realmente é.

“Não vejo razão para tanta adjetivação da crise, acho isso uma barbaridade. São expressões fortes demais. Nosso País tem reservas de 370 bilhões de dólares, 25% do PIB (Produto Interno Bruto). Temos tecnologia, recursos naturais. Esse clima, de que está tudo muito ruim, faz com que a economia cresça menos”.

Para ele, cortar investimentos no social, como no programa Minha Vida, é uma “covardia”.

“Se não gastar pra valer no social, não sai nunca da injustiça. Ficamos correndo atrás de migalhas e pagando juros para banqueiros”.

Para a economista Karla Simionato, delegada do Conselho Regional de Economia na Baixada Santista, as medidas são muito impopulares.

“Os programas sociais sempre foram uma bandeira desse governo. E a população mais



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou pacote de medidas, que inclui a volta da CPMF na segunda

carente acabará sendo prejudicada. Muitas obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) ficarão paradas, com impacto na geração de emprego e renda. São medidas necessárias, mas vão impactar”.

Segundo a economista, o problema das contas, porém, não será resolvido. “Melhora um pouco, mas se o governo não cortar na própria carne, na folha de pagamento, não adianta”.

Consultor econômico e professor da Unisantia, Hélio Hallite acha que as medidas mostram o despreparo do governo. “São medidas desesperadas, parecem um último suspiro para tentar cobrir o déficit. Vai custar caro para o governo”.

Proposta

A presidente da República, Dilma Rousseff, enviará ao Congresso proposta de resgate da CPMF com alíquota de 0,20%. A medida tem caráter provisório, por quatro anos, e seria para cobrir a Previdência. O pacote de medidas para tentar reequilibrar as contas públicas prevê ainda R\$ 26 bi em cortes de gastos e R\$ 40,2 bi em aumento de arrecadação.

Ele acredita que o corte de abonos e reajustes para o funcionalismo público vai gerar uma catástrofe social. “Veja a

greve do INSS. Não se pode fazer um corte orçamentário de uma maneira abrupta”.

Pascoal Vaz é a favor da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). “Jamais deveria ter sido extinta, afeta muito pouco as pessoas. É um imposto que ninguém pode sonegar”.

Karla Simionato não tem certeza de que a medida será aprovada na Câmara dos Deputados, mas fala em repercussão negativa. “O brasileiro não aguenta mais pagar imposto”.

Para Hélio Hallite, esse aumento de tributação, junto com corte de investimentos, vai causar um agravamento no atual momento, que ele classifica como de “retração econômica”.



ALEXFERREIRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cunha minimizou apoio de líderes do PMDB ao governo de Dilma

Câmara pode dificultar planos

■ No Palácio do Planalto, café da manhã da presidente Dilma Rousseff com aliados; na residência oficial do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o café foi com opositoristas. Na Câmara, reunião da base aliada, em defesa de Dilma de um lado, e encontro de opositoristas, contra a presidente, de outro. Num terça-feira mais movimentada do que o normal, o consenso para quem participou da série de reuniões, tanto na base, quanto na oposição, é de que o pacote econômico do governo terá tramitação difícil, principalmente a reedição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Na chegada à Câmara, Cunha deu o recado ao governo e disse achar muito difícil que o pacote seja aprovado.

Destacou a proposta de retorno do tributo. “CPMF é muito difícil, porque (o governo) não tem voto”, disse. Para ele, a sugestão feita pelo Palácio do Planalto para que governadores pressionem por uma alíquota de 0,38%, e não 0,20%, vai dificultar ainda mais a tramitação. “Aumentar a alíquota só vai atrapalhar. Se já é difícil com 0,20%, será muito mais difícil com 0,38%”, afirmou.

Cunha ainda minimizou as declarações do vice-presidente do PMDB, Valdir Raupp (RO), e do líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani (RJ), em defesa do mandato da presidente Dilma. “Apoio à presidente é uma coisa. Apoio para a votação da CPMF é outra coisa”, disse. (Estadão Conteúdo)

Governo vai respeitar limite da CPMF

■ O coordenador-geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, ressaltou que a proposta enviada pelo governo para recriar a CPMF com alíquota de 0,20% não contempla a repartição do tributo com Estados e municípios. “O governo entendeu que 0,20% é o limite”.

Até o fim de setembro, o governo deverá enviar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) recriando a CPMF, que será destinada para cobrir gastos do orçamento da Previdência Social. Segundo Mombelli, a necessidade de noventa para a contribuição entrar em vi-

gor dependerá ainda do texto a ser enviado. “A tendência sempre foi observar a noventa”.

O coordenador disse que a Receita já dispõe de muitos instrumentos de fiscalização, mas que nada impede que o órgão utilize os dados do pagamento da contribuição em auditorias.

A CPMF terá as mesmas exceções do passado. O governo isentará da cobrança operações no mercado financeiro como lançamentos em conta de corretoras que façam liquidação, compensação e custódia à Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e débitos em conta corrente para liquidação de

operações de aquisição de ações em oferta pública.

O prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB-MG), afirmou que a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), da qual é presidente, ainda não tem uma posição oficial sobre a proposta do governo federal para a retomada da CPMF.

“Vamos fazer uma reunião geral de prefeitos associados no começo de outubro, em Brasília, para avaliar essa questão dos orçamentos públicos”, afirmou Lacerda. Ele disse que é preciso refletir um pouco mais sobre as medidas propostas pelo governo. (Estadão Conteúdo)